

dência ao nivelamento expressa pela norma moral no plano da ética e à idéia de igualdade no plano político (p. 42). Novamente aqui a crítica parte de Sócrates passando por Jesus, Lutero e Rousseau para chegar à modernidade com a democracia e o socialismo.

Não é supérfluo lembrarmos, antes de concluir, que a reconstrução crítica do pensamento de Nietzsche vem sempre efetuada com base em citações de suas obras, retiradas da edição histórico-crítica publicada por G. Colli e M. Montinari. Além de nos oferecer, como já dissemos, uma aplicação de seu método de investigação utilizado para a reconstrução da História política e da Filosofia nos séculos XIX e XX, o livro de

Losurdo nos oferece uma crítica da obra de Nietzsche que visa superar as leituras a-históricas do filósofo alemão. Como as palavras de Losurdo se incumbem de nos esclarecer: “(...) a trágica grandeza do filósofo, o fascínio e a extraordinária riqueza de um autor capaz de pensar a história inteira do Ocidente e de colocar-se bem além da atualidade, sobre o terreno da “longa duração”, tudo isto emerge plenamente só se, renunciando a remover ou a transfigurar em um inocente jogo de metáforas as suas páginas mais inquietantes ou mais repugnantes, ousarmos olhar de frente para aquilo que realmente é: o maior pensador entre os reacionários e o maior reacionário entre os pensadores” (p. 73).

Thomas C. Patterson

Inventing Western Tradition. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.
Pedro Paulo A. Funari (Professor do Departamento de História, Unicamp).

Patterson, professor de Antropologia e autor de diversos livros sobre a sociedade humana, a partir de uma perspectiva marxista, publica um belo livro que visa questionar o conceito de “civilização” como uma abstração que transcende a sociedade. Logo em seu primeiro capítulo, “Inventando a civilização” (p. 9-25), Patterson começa por citar a cruzada do líder conservador americano, Newt Gingrich, em prol da civilização americana, que estaria ameaçada pela diversidade cultural. Segundo Gingrich, essa diversidade destrutiva resultou da imigração e do movimento pelos direitos civis, cristalizados na perigosa polí-

tica multiculturalista. Haveria sete ou oito civilizações no mundo (Ocidental, Confucionista, Japonesa, Islâmica, Hindu, Eslava-Ortodoxa, Latino-Americana e Africana), sendo apenas uma universal, a Ocidental. Entre suas características únicas e que a fazem especial estão o individualismo, o liberalismo, o constitucionalismo, os direitos humanos, a equidade, a liberdade, o direito, a democracia, o livre mercado e a separação de Estado e Igreja, conjunção que não existe em nenhuma das outras civilizações. Essa civilização é ameaçada por dois perigos inerentes ao multiculturalismo: a luta de classes e a guerra civil.

Esses conceitos de civilização partem do pressuposto de que a hierarquia e a desigualdade são não apenas necessárias, como naturais. Patterson mostra como o conceito de “civilização” foi usado, pela primeira vez, na década de 1760 para descrever o desenvolvimento das condições sociais criadas pelo capitalismo e pela consolidação de uma elite burguesa. A civilização estava fundada no Estado e na estratificação em classes. O conceito surgiu em oposição à acusação de Jean Jacques Rousseau de que as pessoas se corrompiam em uma sociedade civilizada e moderna, no final do século XVIII. No início do século XIX, civilização era já tanto um processo como um estado adquirido e caracterizado pela ordem social, pelas maneiras refinadas e pelo acúmulo de conhecimento. Herbert Spencer e seus seguidores consideravam a evolução da sociedade e a ascensão da civilização como parte de uma tendência universal rumo ao progresso. A ideologia social darwinista considerava que as diferenças entre indivíduos, sociedades, raças e nações fundavam-se na natureza, dando legitimação científica para a estrutura de classes e a hierarquia social existentes. Nos Estados Unidos, serviu para justificar os reclamos de superioridade dos anglo-americanos em relação a imigrantes, negros e indígenas.

No entanto, nem todos os intelectuais aceitaram essas noções, pois a crítica à civilização e ao Estado ressaltaram as contradições inerentes a essas teorias. Patterson, em *A civilização e seus críticos* (p. 57-85), remonta àqueles que, desde o início da empreitada colonial, começaram a questionar seus pressupostos, como foi o caso de Bartolomeu de Las Casas, cuja obra foi traduzida para di-

versos idiomas e usada nas lutas anti-feudais na própria Europa. Montaigne também criticara as sociedades civilizadas européias, comparadas desfavoravelmente com as indígenas americanas. Montaigne nota que os tupinambás, vindos do Brasil, quando estiveram em Rouen, na França, estranharam ao ver uns poucos cercados de todo o luxo, enquanto muitos passavam fome, na pobreza abjeta, e perguntaram por que não se rebelavam, matando e ateando fogo às casas de seus algozes. Rousseau traçou uma crítica romântica da civilização mas foi apenas com Marx e Engels que se iniciou uma crítica radical do próprio conceito de civilização. Para ambos, a civilização é um tipo específico de sociedade caracterizada pela divisão de classes e pela existência de um aparato estatal para a manutenção das relações desiguais. No *Manifesto Comunista* (1848) o capitalismo aparece como o estágio último da civilização. Posteriormente, críticas à civilização provieram, também, de outras perspectivas, como no caso de Freud, Nietzsche e Foucault.

Patterson, em seguida, trata da “Invenção dos bárbaros e de outros povos não civilizados” (p. 87-115). Começa por lembrar que, nas sociedades de classe, as elites são definidas como “refinadas, polidas, com cultura”, enquanto as classes subordinadas são definidas como “não civilizadas, bárbaras, cruas, rústicas, selvagens” e recua até os gregos e romanos, para mostrar que eram as elites que consideravam bárbaros os outros povos e seus próprios concidadãos, a raia miúda. Esses preconceitos antigos foram reavivados pelas elites a partir do Renascimento, quando, por exemplo, os colonos ingleses descreveram os irlandeses como “silvícolas”. Patterson mostra como,

no mundo ibérico colonial, as lutas de classes foram travadas pelos subordinados com as armas da cultura popular: música, dança, estética e festas ao gosto popular. A invenção dos bárbaros foi acompanhada pela definição dos diversos subalternos sociais, como as mulheres e as raças inferiores.

Patterson conclui seu volume com um estudo sobre como “Os não civilizados falam” (p. 117-132). As classes e comunidades subordinadas, com frequência, resistem e rejeitam as categorias descritivas empregadas pelo Estado. Ressalta que as hierarquias de gênero, com domínio masculino, são inerentes à civilização e levam, também, às lutas e resistências à opressão sexual, assim como, no mundo ocidental, as hierarquias raciais levam à sua contestação pelos explorados. As classes dominantes e seus acólitos intelectuais têm, de forma repetida, argumentado que as hierarquias sociais e culturais da sociedade civilizada são naturais. Contudo, os membros das classes e comunidades subordinadas têm mostrado que tais hierarquias, assim como as categorias em que se baseiam, são invenções que mascaram relações sociais de opressão e exploração. Cabe àqueles que não se querem deixar enredar pela justificação da exploração reconhecer a existência de classes e comunidades subordinadas, bem como sua autonomia e capacidade de ação, ao buscar forjar sua própria história.

As considerações de Patterson, atuais e relevantes no contexto norte-americano, tornam-se ainda mais pertinentes em nosso meio. Patterson historiciza conceitos que passam por naturais, mostrando

como, por trás do culto às elites e sua refinação, encontram-se interesses de classe muito claros. Em uma sociedade como a brasileira, muito mais desigual do que a americana, mais patriarcal e autoritária, a crítica ao conceito de civilização parece um imperativo na luta contra as opressões de classe, mas também de gênero, assim como na batalha contra o racismo. É sintomático que, nos Estados Unidos, Patterson possa falar em minorias, como negros e indígenas, enquanto, no Brasil, descendentes de africanos e nativos constituam contingentes muitíssimo numerosos. Calcula-se que 45 milhões de brasileiros, por exemplo, possuam sangue indígena, enquanto os afro-descendentes são majoritários (72,5% dos habitantes) no Nordeste e estão presentes em todo o país (50% no Centro-Oeste, 33% no Sudeste e 16% no Sul). É interessante observar, ainda, que Patterson, um marxista consistente, encare as críticas à civilização, ao Estado e às opressões, provindas de horizontes intelectuais tão distantes como Freud, Nietzsche e Foucault, como *aliadas* na luta pela emancipação social. Ainda que não compartilhe de alguns de seus pressupostos, reconhece que combatem o *status quo*, não o reforçam. Também neste caso, parece que Patterson considera que a prova do pudim está em comê-lo e que há múltiplas maneiras de defender os interesses dos diversos grupos e comunidades explorados. A leitura desta obra permite, portanto, que se reflita sobre as contradições sociais em curso e quais as origens históricas de conceitos que, de tanto usados, acabam por ser encarados, de forma acrítica, como naturais.

FUNARI, Pedro Paulo A. Resenha de: PATTERSON, Thomas C. *Inventing. Western Tradition*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1997. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 172-174.

Palavras-chave: Civilização; EUA; Interesses de classe.